

2025

Outubro

RREO em Foco da União

Relatório Resumido da Execução Orçamentária da União



Ministro da Fazenda

Fernando Haddad

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

Dario Carnevalli Durigan

Secretário do Tesouro Nacional

Rogério Ceron de Oliveira

Secretária Adjunta do Tesouro Nacional

Viviane Aparecida da Silva Varga

Subsecretário de Administração Financeira Federal (SUAFI)

Paulo Moreira Marques

Subsecretário de Planejamento Estratégico da Política Fiscal (SUPEF)

Davi Rebelo Athayde

Subsecretário de Gestão Fiscal (SUGEF)

Rafael Rezende Brigolini

Subsecretário da Dívida Pública (SUDIP)

Daniel Cardoso Leal

Subsecretária de Relações Financeiras Intergovernamentais (SURIN)

Suzana Teixeira Braga

Subsecretária de Administração, Transformação Digital e Inovação (SUATI)

Maria Betania Gonçalves Xavier

Subsecretário de Contabilidade Pública (SUCON)

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Coordenador-Geral de Contabilidade da União

Luciano Moura Castro do Nascimento

Coordenador de Informações Contábeis e Fiscais da União

Renato da Costa Usier

Gerente de Informações Contábeis

Diego Rodrigo Lopes Batista Rocha

Equipe Técnica

André Luiz Santana Ferrari

Henrique Guilherme do Amaral Santos

Marcelo Ferreira Guerra

Sandro Alex Bezerra Vieira

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional Arte

Hugo Pullen

Informações

Assessoria de Comunicação Social do Tesouro Nacional

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

*Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação desde que citada a fonte.



Sumário

Anexo 3
Port. STN 989/2024

Receita Corrente Líquida

Anexo 4
Port. STN 989/2024

Demonstrativos do RGPS e do RPPS

Anexo 7
Port. STN 989/2024

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Anexo 8
Port. STN 989/2024

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo 12
Port. STN 989/2024

Demonstrativo das Despesas com Saúde

Tabela 1

Demonstrativo de Receitas e Despesas da Seguridade Social

Tabela 4

Demonstrativo da Disponibilidade e Fluxo

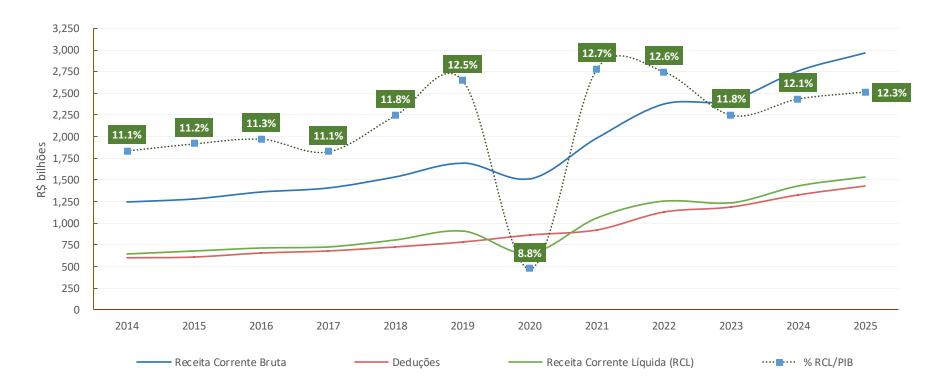


Anexo 3 Port. STN 989/2024

Receita Corrente Líquida

Receita Corrente Líquida (acumulado últimos 12 meses) (R\$ bilhões)

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
1.243	1.283	1.361	1.408	1.536	1.691	1.514	1.986	2.377	2.417	2.758	2.966
400	425	459	465	507	546	517	711	856	888	1.028	1.123
671	688	730	800	844	853	826	1.001	1.128	1.197	1.377	1.463
172	170	172	143	184	292	171	274	392	332	353	380
602	608	651	681	730	785	862	924	1.124	1.184	1.328	1.431
218	214	239	240	267	298	378	367	487	484	558	602
319	326	342	361	380	405	396	454	530	586	638	694
65	68	70	80	84	83	87	103	107	113	132	135
642	675	710	727	805	906	652	1.063	1.253	1.234	1.430	1.536
	1.243 400 671 172 602 218 319 65	1.243 1.283 400 425 671 688 172 170 602 608 218 214 319 326 65 68	1.243 1.283 1.361 400 425 459 671 688 730 172 170 172 602 608 651 218 214 239 319 326 342 65 68 70	1.243 1.283 1.361 1.408 400 425 459 465 671 688 730 800 172 170 172 143 602 608 651 681 218 214 239 240 319 326 342 361 65 68 70 80	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 400 425 459 465 507 671 688 730 800 844 172 170 172 143 184 602 608 651 681 730 218 214 239 240 267 319 326 342 361 380 65 68 70 80 84	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 1.691 400 425 459 465 507 546 671 688 730 800 844 853 172 170 172 143 184 292 602 608 651 681 730 785 218 214 239 240 267 298 319 326 342 361 380 405 65 68 70 80 84 83	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 1.691 1.514 400 425 459 465 507 546 517 671 688 730 800 844 853 826 172 170 172 143 184 292 171 602 608 651 681 730 785 862 218 214 239 240 267 298 378 319 326 342 361 380 405 396 65 68 70 80 84 83 87	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 1.691 1.514 1.986 400 425 459 465 507 546 517 711 671 688 730 800 844 853 826 1.001 172 170 172 143 184 292 171 274 602 608 651 681 730 785 862 924 218 214 239 240 267 298 378 367 319 326 342 361 380 405 396 454 65 68 70 80 84 83 87 103	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 1.691 1.514 1.986 2.377 400 425 459 465 507 546 517 711 856 671 688 730 800 844 853 826 1.001 1.128 172 170 172 143 184 292 171 274 392 602 608 651 681 730 785 862 924 1.124 218 214 239 240 267 298 378 367 487 319 326 342 361 380 405 396 454 530 65 68 70 80 84 83 87 103 107	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 1.691 1.514 1.986 2.377 2.417 400 425 459 465 507 546 517 711 856 888 671 688 730 800 844 853 826 1.001 1.128 1.197 172 170 172 143 184 292 171 274 392 332 602 608 651 681 730 785 862 924 1.124 1.184 218 214 239 240 267 298 378 367 487 484 319 326 342 361 380 405 396 454 530 586 65 68 70 80 84 83 87 103 107 113	1.243 1.283 1.361 1.408 1.536 1.691 1.514 1.986 2.377 2.417 2.758 400 425 459 465 507 546 517 711 856 888 1.028 671 688 730 800 844 853 826 1.001 1.128 1.197 1.377 172 170 172 143 184 292 171 274 392 332 353 602 608 651 681 730 785 862 924 1.124 1.184 1.328 218 214 239 240 267 298 378 367 487 484 558 319 326 342 361 380 405 396 454 530 586 638 65 68 70 80 84 83 87 103 107 113 132



RCL

A Receita Corrente Líquida é o somatório das tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de servicos, transferências correntes e Novas receitas correntes. deduzidas legais a transferências constitucionais e Estados Municípios е е algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal

Deduções

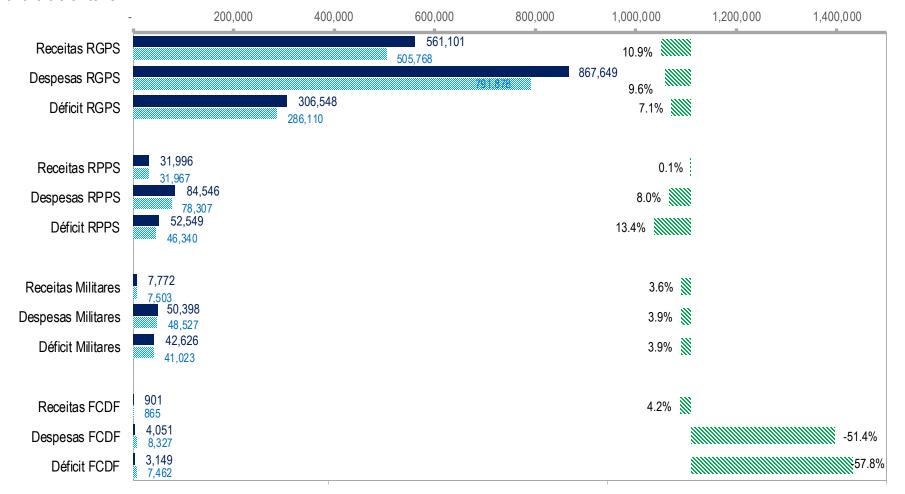
Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.



Anexo 4 Port. STN 989/2024

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - até Outubro/2025 (R\$ milhões)

Os componentes do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Geral de Previdência Social e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos. O gráfico abaixo resume os resultados até o mês de referência, do exercício atual e do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

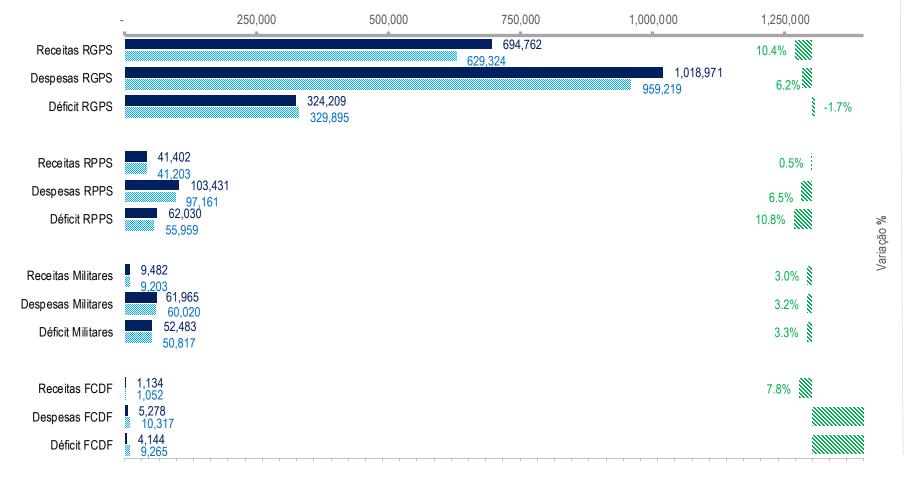
- 2025
- 2024
- W Variação (%)



Anexo 4
Port. STN 989/2024

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas – Acumulado últimos 12 meses (R\$ milhões)

O gráfico abaixo resume os resultados do mês de referência somado aos onze meses anteriores, comparando com igual período do exercício anterior.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

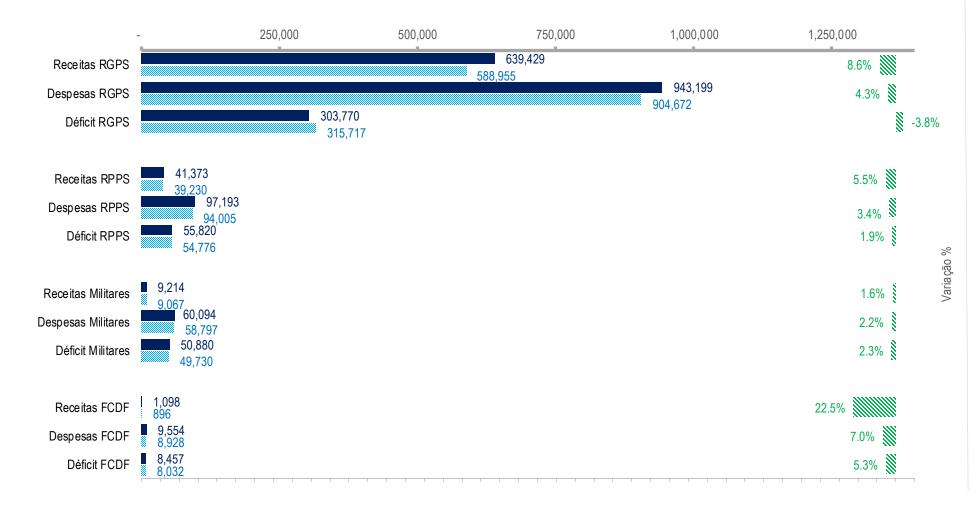
- Out/2024 a Out/2025
- Out/2023 a Out/2024
- W Variação (%)



Anexo 4 Port. STN 989/2024

Demonstrativos do RGPS, do RPPS e dos Militares Inativos e Pensionistas Receitas e Despesas Executadas - 2024 e 2023 (R\$ milhões)

O gráfico abaixo compara os dois últimos exercícios anteriores fechados.



RGPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

RPPS

As receitas são administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF. E as despesas, pelos diversos órgãos que possuem servidores públicos federais em seus quadros.

MILITARES

No caso dos militares, somente as despesas com pensões são consideradas previdenciárias, havendo receita de contribuições específicas para o seu custeio. As despesas com militares inativos não são previdenciárias. Dessa maneira, o resultado aqui apresentado não é previdenciário, mas representa um balanceamento entre as receitas de contribuições para as pensões de dependentes de militares menos as despesas com as referidas pensões e com os militares reservistas e reformados.

FCDF

A Constituição Federal estabelece que compete à União o custeio das forças de segurança do Distrito Federal e assistência financeira a serviços públicos nesse ente da Federação, os quais ocorrem por meio do FCDF. No contexto desse fundo, há receitas e despesas previdenciárias.

- 2024
- 2023
- % 2024/2023

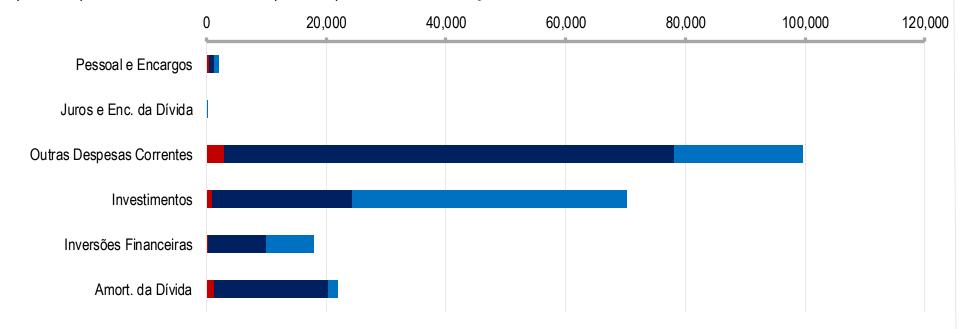


Anexo 7 Port. STN 989/2024

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar não-Processados até Outubro/2025 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar não-Processados**, isto é, referentes a empenhos pOuts e que ainda não haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



NÃO PROCESSADOS										
	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total			
Cancelado	365	0	2.954	955	215	1.164	5.653			
■ Pagos	824	1	75.170	23.333	9.658	19.135	128.121			
■ Saldo a Pagar	968	113	21.602	45.977	8.035	1.717	78.412			
Total	2.157	115	99.726	70.265	17.908	22.017	212.186			

Cancelados
POuts

Saldo a Pagar

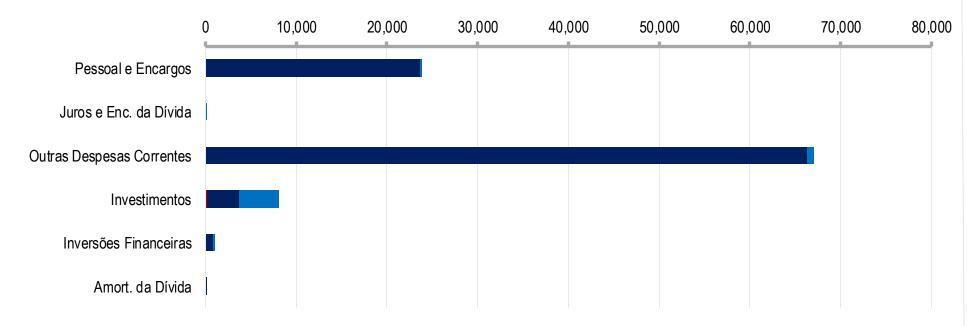


Anexo 7 Port. STN 989/2024

Demonstrativo dos Restos a Pagar (com detalhamento por grupo de despesa)

Execução de Restos a Pagar – Restos a Pagar Processados até Outubro/2025 (R\$ milhões)

A figura e a tabela abaixo ilustram a situação da execução de **Restos a Pagar Processados**, isto é, referentes a empenhos pOuts que já haviam sido liquidados por ocasião da inscrição no encerramento do exercício.



PROCESSADOS										
	Pessoal e Encargos	Juros e Enc. da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amort. da Dívida	Total			
■ Cancelado	59	-	43	195	16	-	314			
Pagos	23.602	-	66.249	3.449	759	3	94.062			
■ Saldo a Pagar	163	1	750	4.474	260	-	5.648			
Total	23.824	1	67.042	8.119	1.034	3	100.024			

CanceladosPOutsSaldo a Pagar



Anexo 8
Port. STN 989/2024

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Outubro/2025 (R\$ bilhões)

A Constituição Federal estabelece que a União deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) o valor equivalente a 18% da Receita Líquida de Impostos (Receita de Impostos deduzidas de transferências constitucionais a Estados e Municípios). Ao longo do exercício, tal verificação se faz em relação à despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados. O gráfico abaixo ilustra o valor da Receita Líquida de Impostos e a execução até Outubro de 2025.

Executado 89,5% do Mínimo

92,0 102,8

□ Despesas Executadas até outubro/25 ■ Mínimo (até o mês)

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Comparação Despesas Executadas (em Outubro) X Mínimo (em Outubro)

Fonte: RREO bilhões Limite de Educação DEZ/2014 DEZ/2015 DEZ/2016 DEZ/2017 DEZ/2018 DEZ/2019 DEZ/2020 DEZ/2021 DEZ/2022 DEZ/2023 DEZ/2024 SET/2025 Despesas Executadas com Educação 56,8 55,8 66,7 63,2 64,4 63,0 69,3 76,3 84,0 87,2 110,9 92,0 Mínimo (até o mês)* 44,2 42,7 50,5 52,7 54,4 55,6 62,8 66,4 108,6 102,8 46,6 49,0 Despesa Excedente ao Mínimo 12.6 13.1 20.1 14.2 14.0 10.4 14.8 20.7 21.2 20.8 2.3

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Outubro de 2025, Anexo 8

R\$



Anexo 8
Port. STN 989/2024

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) Mínimo Constitucional de Gasto com Educação e Despesas Executadas até Outubro/2025 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com MDE até o mês de Outubro/2025, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Outubro	18% RLI	Limite Mínimo	Despesas Executadas	% do Limite Atingido
2025	102,8	102,8	92,0	89,5%
2024	91,7	71,5	78,8	86,0%
2023	79,2	66,4	68,5	86,6%
2022	76,9	62,8	61,6	80,0%
2021	63,9	55,6	54,1	84,6%
2020	45,1	54,4	49,4	109,5%
2019	48,9	52,7	46,0	94,0%
2018	45,2	50,5	48,6	107,5%
2017	41,3	49,0	46,5	112,8%
2016	42,7	46,6	48,1	112,5%
2015	39,8	46,5	48,7	122,3%
2014	37,1	44,2	40,8	110,0%
2013	35,5	43,0	34,0	95,7%
2012	33,2	39,4	29,3	88,2%

Receita Líquida de Impostos (RLI)

Receita de Impostos deduzida de transferências constitucionais a Estados e Municípios.

Restos a Pagar Não-Processados

Despesas Empenhadas, que embora não tenham alcançado a fase da Liquidação, por força de dispositivo legal, são consideradas gastos do exercício financeiro do empenho.

Fonta: RRFO

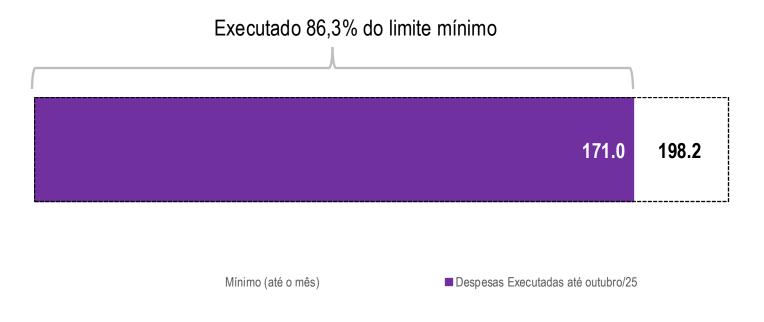


Anexo 12 Port. STN 989/2024

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Outubro/2025 (R\$ bilhões)

A aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) no exercício, conforme a regra constitucional, deve ser de 15% do valor da Receita Corrente Líquida.



Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:

R\$ hilhões

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária de Outubro de 2025. Anexo 12

Comparação Despesas Executadas (em Outubro) X Mínimo (em Outubro)

TORIC. TINE O												TY DITTOCS
Limite de Saúde	DEZ/2014	DEZ/2015	DEZ/2016	DEZ/2017	DEZ/2018	DEZ/2019	DEZ/2020	DEZ/2021	DEZ/2022	DEZ/2023	DEZ/2024	SET/2025
Despesas Executadas com Saúde	91,9	100,1	106,2	114,7	116,8	122,3	161,0	179,1	151,9	179,8	215,9	171,0
Limite Mínimo (até o mês)	91,6	98,3	95,4	109,1	112,4	117,3	121,2	127,1	139,8	172,8	214,5	198,2
Despesa Excedente ao Mínimo	0,3	1,7	10,9	5,6	4,5	5,0	39,7	52,0	12,0	7,0	1,4	



Anexo 12
Port. STN 989/2024

Demonstrativo das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS)

Mínimo Constitucional de Gasto com Saúde e Despesas Executadas até Outubro/2025 (bilhões)

A tabela abaixo apresenta a execução das despesas com ASPS até o mês de Outubro/2025, comparada com os valores do mesmo período de exercícios anteriores.

De Janeiro a Outubro	Mínimo	Despesas Executadas	% do Mínimo Atingido
2025	198,2	171,0	86,3%
2024	170,9	170,6	99,8%
2023	163,4	116,7	71,4%
2022	166,9	112,6	67,5%
2021	136,0	127,4	93,7%
2020	83,8	122,9	146,6%
2019	107,9	88,1	81,6%
2018	103,0	87,5	84,9%
2017	94,3	82,3	87,2%
2016	95,0	79,1	83,3%
2015	87,4	78,3	89,6%
2014	84,1	71,5	85,0%
2013	81,3	60,3	74,2%
2012	79,3	54,1	68,2%

Cálculo do Mínimo

O cálculo do mínimo é estabelecido pelo inciso I do § 2º do art. 198 da Constituição de 1988.

Nota:

Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.

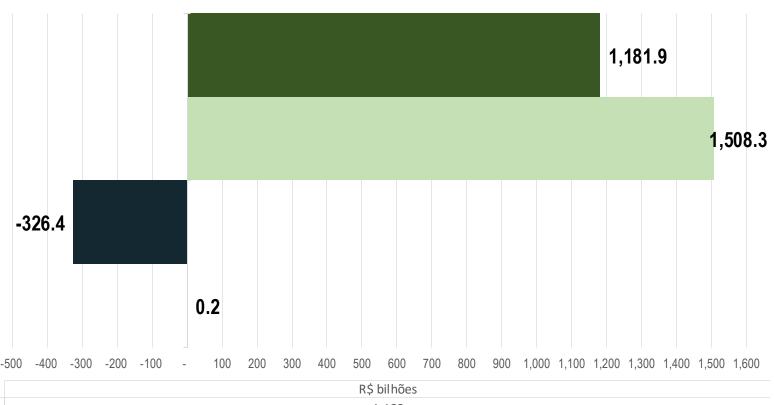


Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Outubro/2025 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo mostra as receitas e despesas da Seguridade Social, assim como o resultado, líquidos das desvinculações de receitas (DRU).



	R\$ bilhões
■ Receitas da Seguridade Social	1,182
Despesas da Seguridade Social	1,508
■ Resultado	-326
■DRU	0



Tabela 1

Receitas e Despesas da Seguridade Social

Receitas Realizadas, Despesas Empenhadas e Resultado até Outubro/2025 (R\$ bilhões)

A tabela abaixo apresenta a apuração do Resultado da Seguridade Social até Outubro de 2025, comparando com o mesmo período de exercícios anteriores.

							EXER						
Receitas da Seguridade Social	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
RGPS	242,18	267,22	278,98	287,03	301,39	311,12	329,52	310,64	360,62	423,68	465,40	505,77	561,10
RPPS - Civil e FCDF	19,04	20,76	22,58	23,03	25,96	25,74	25,71	30,09	28,20	31,08	30,70	32,83	32,90
Pensões Militares	1,76	1,94	2,20	2,35	2,72	1,92	2,04	5,26	6,11	7,13	7,37	7,50	7,77
Demais (COFINS, CSLL e Outros)	201,49	213,76	221,53	271,82	208,25	236,49	239,08	296,03	387,02	451,95	457,85	547,65	580,11
Total das Receitas	464,46	503,67	525,30	584,22	538,33	575,27	596,36	642,02	781,95	913,85	961,32	1.093,76	1.181,88
Despesas da Seguridade Social													
Despesas do RGPS	296,42	326,08	353,05	414,54	455,39	481,96	509,52	563,33	600,70	676,54	737,33	791,88	867,65
Saúde	60,12	71,46	77,69	79,07	82,28	87,51	88,09	122,90	127,44	112,59	116,71	154,37	170,96
Assistência Social	51,08	56,51	59,10	64,80	69,01	72,74	75,88	355,82	140,13	157,29	219,45	234,66	241,23
RPPS - Civil e FCDF	51,60	51,74	55,52	58,70	66,07	68,39	73,42	76,45	69,95	78,41	82,09	86,63	88,60
Seguro Desemprego	25,06	28,92	31,84	30,72	31,59	30,45	31,16	34,48	29,54	33,77	38,16	42,26	45,43
Pensionistas Militares	19,97	25,62	28,27	13,85	15,46	17,27	18,48	18,82	19,72	20,63	21,40	21,95	22,70
Abono Salarial	11,85	14,68	6,94	15,42	13,34	14,25	14,39	17,10	10,16	23,56	24,62	27,99	30,75
Demais Despesas	18,02	20,28	21,67	22,45	26,47	27,94	27,02	28,20	30,46	33,29	43,89	37,58	40,94
Total das Despesas	534,12	595,29	634,07	699,55	759,60	800,51	837,97	1.217,10	1.028,10	1.136,08	1.283,65	1.397,33	1.508,26
Resultado													
Resultado da Seguridade Social	-69,66	-91,62	-108,77	-115,33	-221,27	-225,24	-241,61	-575,08	-246,14	-222,23	-322,34	-303,57	-326,38
Receitas Desvinculadas (DRU)	47,59	49,54	50,94	76,57	79,83	91,34	91,85	0,17	0,17	0,18	0,20	0,22	0,25
Resultado com Receitas Desvinculadas	-22,07	-42,07	-57,84	-38,77	-141,44	-133,90	-149,75	-574,91	-245,97	-222,05	-322,14	-303,36	-326,13

Receitas da Seguridade Social

Foram incluídos os aportes do Tesouro para compensar a desoneração de encargos previdenciários da folha de pagamentos das empresas.

Despesas da Seguridade Social

A partir de 2016, as despesas com militares inativos deixaram de ser classificadas como gastos da seguridade social, restando apenas as pensões militares nesse grupo.



Tabela 4

Disponibilidade de Caixa (Poder Executivo)

Disponibilidade de Caixa Líquida por grupo de destinação de recursos até Outubro/2025 (R\$ bilhões)

O gráfico abaixo demonstra a disponibilidade de caixa em Outubro 2025, por grupo de destinação de recursos, após dedução das obrigações financeiras e das despesas inscritas em restos a pagar não-processados, para o Poder Executivo.

